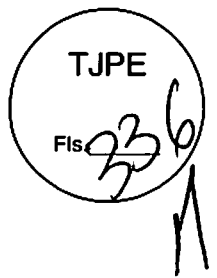




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO 2177-02.2011.8.17.0260 (326625-3)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: BV FINANCEIRA S/A FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
APELADA: SANDRA DA SILVA FERREIRA

EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. FINANCIAMENTO DE AUTOMÓVEL. FRAUDE REALIZADA POR TERCEIRO. INSCRIÇÃO INDEVIDA. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PELA CONFERÊNCIA DOS DADOS FORNECIDOS. INAPLICABILIDADE DA EXCLUDENTE POR CULPA DE TERCEIRO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. ART. 543-C DO CPC. DANO MORAL *IN RE IPSA*. ADEQUAÇÃO DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

- "Para efeitos do art. 543-C do CPC: As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como *fortuito interno*" (REsp 1197929/PR, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe 12/09/2011);

- Provado a inclusão indevida da consumidora, bem como a responsabilidade do réu no referido evento, o dano moral fica evidenciado sem a necessidade de qualquer outra prova, prevalecendo o entendimento de que basta a demonstração do nexo de causalidade entre o dano e a conduta do ofensor para que surja o dever de indenizar;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

- Cabe ao julgador arbitrar uma quantia compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita, a gravidade do dano e a repercussão da ofensa, evitando, porém, o enriquecimento indevido do lesado;
- Apelo parcialmente provido para reduzir o valor arbitrado no 1º Grau de R\$ 15.000,00 para R\$ 8.000,00, com correção monetária a partir do novo arbitramento e juros de mora desde a data do evento danoso (Súmula 54/STJ).

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **PROVER PARCIALMENTE A APELAÇÃO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Relator que, revisto e rubricado, passa a compor o julgado.

Sala de Sessões, em

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO 2177-02.2011.8.17.0260 (326625-3)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: BV FINANCEIRA S/A FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
APELADA: SANDRA DA SILVA FERREIRA

R E L A T Ó R I O

Trata-se de apelo interposto contra sentença (fls. 63/64) julgando procedentes os pedidos formulados em ação ordinária manejada pela ora Apelada, determinando a exclusão do seu nome dos cadastros de inadimplentes em virtude do débito oriundo de financiamento fraudulento de automóvel no valor de R\$ 51.486,00, confirmando liminar anteriormente deferida (fls. 17-v).

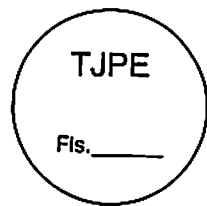
Condenou o Banco Apelante a pagar indenização por danos morais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), corrigidos monetariamente e com juros de mora de 1% ao mês, ambos contados a partir da sentença. Honorários advocatícios sucumbenciais fixados em 20% (vinte por cento) sobre a condenação.

Em suas razões recursais (fls. 70/86), a instituição financeira apelante alega que a culpa pela fraude somente pode ser imputada ao terceiro, configurando uma causa excludente do dever de indenizar.

1C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Aduz, ademais, precariedade da prova do dano moral, aludindo à exorbitância do valor fixado a título de indenização, devendo ser reduzido.

Sendo assim, requer seja provido o apelo para julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial, pleiteando, sucessivamente, a minoração do montante indenizatório. Pede, ainda, a inversão dos ônus sucumbenciais.

Preparo às fls. 109.

Através da decisão de fls. 111, a MM Juíza não conheceu do recurso por estar apócrifo.

O Des. Eurico de Barros Correia Filho, contudo, proveu monocraticamente o Agravo de Instrumento interposto contra o despacho, oportunizando a emenda da peça recursal (fls. 143/145).

Contrarrazões ofertadas às fls. 309/315, onde o Recorrido rechaça os argumentos do Recorrente, pugnando pela manutenção da sentença.

É o relatório, no essencial.

Ao douto Revisor.

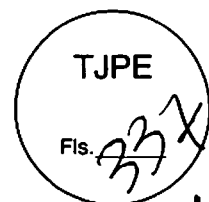
Recife,


Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moares



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO 2177-02.2011.8.17.0260 (326625-3)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MOARES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: BV FINANCEIRA S/A FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
APELADA: SANDRA DA SILVA FERREIRA

P 31

V O T O

O núcleo da controvérsia recursal reside na alegada culpa de terceiro pelos danos experimentados pela Apelada, ao ver seu nome incluído nos órgãos restritivos de crédito por débitos oriundos de empréstimo não contratado.

Ora, restou incontroverso nos autos que a contratação se deu mediante fraude praticada por terceiros, fato, porém, que não elide a responsabilidade do Apelante.

Isso porque restou configurada sua culpa *lato sensu* dada à negligência, quando, ao usar de nenhum critério, violou dever de cautela ao se abster de certificar os dados de quem contraiu o empréstimo.

Neste sentido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já pacificou entendimento à luz da regra dos recursos repetitivos prevista no art. 543-C, do CPC:

.....

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. JULGAMENTO PELA SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS. DANOS CAUSADOS POR FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FORTUITO INTERNO. RISCO DO EMPREENDIMENTO.

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Cabinete de Des. Cândido J. T. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

- como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno.

2. Recurso especial provido.

(REsp 1197929/PR, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 2ª Seção, DJe 12/09/2011)

.....
A tese de culpa exclusiva de terceiro, portanto, não merece prosperar haja vista a orientação sedimentada do Superior Tribunal de Justiça quanto à matéria.

No desdobramento causal desse acontecimento, resta configurada a responsabilidade objetiva do Réu pelos danos morais advindos da inscrição indevida, que, no caso, se dá *in re ipsa*.

De fato, provado o acontecimento danoso (fls. 14), bem como a responsabilidade do Apelante no referido evento, o dano moral fica evidenciado sem a necessidade de qualquer outra prova, prevalecendo o entendimento de que *basta a demonstração do nexo de causalidade entre o dano e a conduta do ofensor para que surja o dever de indenizar*.

Nesse diapasão, o seguinte precedente do Col. STJ:

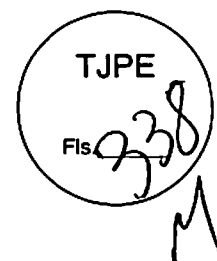
.....

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. CENTRAL DE RISCO DE CRÉDITO DO BANCO CENTRAL. NATUREZA DE CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL "IN RE IPSA". PRESUNÇÃO. DESNECESSIDADE DE PROVA. AGRAVO DESPROVIDO. (AgRg no REsp 1183247/MT, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 20/08/2012)

.....



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



No mesmo sentido, confira-se ainda: AgRg nos EDcl no REsp 1.156.729/MG, Rel. Min. Massami Uyeda, DJe 19.03.2010; Ag 583.579/RS, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ 01.02.2005; e MC 7.383/SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, DJ de 19.11.2003.

Em relação ao pedido de redução da verba indenizatória de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), entendo que deva alcançar melhor sorte.

De fato, reconhecido o dano e a obrigação de reparar, cumpre analisar o *quantum* da indenização, sabendo-se que caberá ao julgador arbitrar uma quantia compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita, a gravidade do dano e a repercussão da ofensa, evitando, porém, o enriquecimento indevido do lesado. A partir destes critérios, reduzo a indenização por danos morais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o importe de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Isto posto, **DOU PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO** para reduzir a indenização por danos morais para R\$ 8.000,00 (oito mil reais), corrigida monetariamente a partir desta data e acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a data da inclusão indevida, nos termos da Súmula 54/STJ, mantendo a decisão em seus demais termos.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0326655-3- BELO JARDIM/PE

DESPACHO

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 29 de abril 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Revisor